



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
5 e 6
de dezembro
de 2020

Operação usa denúncias do Disque 100 para prender agressores de idosos

Uma marca histórica na política de **proteção ao idoso** no Brasil", afirmou a ministra Damarens Alves em coletiva de imprensa sobre a Operação Vetus, para combate à violência contra idoso no Brasil. A iniciativa foi deflagrada nesta sexta-feira (4) com ações em 26 estados e no Distrito Federal com base em dados do Disque 100, canal de denúncias do Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH).

"Essa operação vai mudar a política pública de atendimento aos idosos no Brasil. Os números deixam claro que não há como garantir **direitos humanos** no país sem as forças de segurança. Obrigada, policiais civis, que durante a operação carregaram no colo idosos que sofriam violência", afirmou a ministra.

A operação, coordenada pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública** (MJSP) por meio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi), com o apoio do MMFDH, contou com ações em 26 estados e no Distrito Federal.

Até as 10h desta sexta, foram apuradas 10.802 denúncias, com atendimento de 11.755 vítimas e a prisão de 449 agressores. As ações aconteceram em 1.410 municípios em todo o país. Estão sendo cumpridas 765 medidas protetivas e 147 mandados.

Para o titular do MJSP, André Mendonça, essa operação é uma marca, pois foi uma das mais complexas da história da polícia e da **segurança pública** no país. "Foram envolvidos mais de 10 mil policiais de todas as unidades da Federação, empenhados no combate a esse crime de grande gravidade que traz alto impacto na vida do ser humano em seu momento de maior fragilidade", disse.

A ministra destacou o papel do Disque 100 na proteção de idosos. "Tudo isso nasce no Disque 100. Por isso, quero mandar um recado a todos os idosos que vivem um ciclo de violência e que achavam que estavam sozinhos: nos procure, denuncie pelo nosso canal, pelo WhatsApp. O Brasil está cuidando de vocês. Quem souber de violência contra idosos, nos procure. O recado está claro: agressores, acabou para vocês", afirmou.

Hoje, o Disque 100 está disponível no site da Ouvidoria Nacional de **Direitos Humanos** (ONDH),

pelo aplicativo **Direitos Humanos** Brasil, pelo Telegram e pelo WhatsApp.

A operação que iniciou em 1º de outubro de 2020. A violência contra idoso é crime que pode ter pena de dois meses a um ano de reclusão, além de multa. Os números consolidados das ações serão divulgados pelo MJSP ao longo do dia.

Também participaram da coletiva o ouvidor nacional de **direitos humanos** do MMFDH, Fernando Ferreira, o coordenador-geral de operações interligadas, Rafael Caldeira, e o secretário de operações integradas, Jeferson Lisbôa, e a representante do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, Ana Cristina Melo Santiago.

Disque 100 e Ligue 180

As denúncias realizadas por meio do Disque 100 e do Ligue 180 são gratuitas, podem ser anônimas e recebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento. Qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona diariamente, 24h, incluindo sábados, domingos e feriados.

O serviço cadastra e encaminha os casos aos órgãos competentes. Além de denúncias, a plataforma recebe reclamações, sugestões e elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento.

Entre os grupos atendidos pelo Disque 100, estão crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em restrição de liberdade, população LGBT e população em situação de rua.

O serviço também está disponível para denúncias de casos que envolvam discriminação étnica ou racial e violência contra ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais.

Já as denúncias de violência contra a mulher são registradas pelo Ligue 180.

Site: <https://oquartopoder.com/brasil/operacao-usa-denuncias-do-disque-100-para-prender-agressores-de-idosos/>

Advogado é preso e levado para Pedrinhas, após torturar mulher em motel

Um advogado identificado apenas como Benício, foi preso em flagrante na noite da última terça-feira (1º) na cidade de Grajaú, a 580 km de São Luís, acusado de agredir uma garota de programa dentro de um motel da cidade. Ele foi conduzido para a penitenciária de Pedrinhas, em São Luis.

Segundo informações da Polícia Civil do Maranhão, o advogado foi ao motel com duas prostitutas e acabou havendo um desentendimento entre os três. Durante a confusão, uma das mulheres ficou bastante ferida.

Em depoimento, a vítima das agressões afirmou que foi acompanhar uma amiga, que também é garota de programa, em um motel da cidade. Ao chegar no local, a amiga ficou com o advogado em um quarto.

Na hora em que o advogado e a mulher que o acompanhava terminaram o encontro, a vítima cobrou o advogado, pois havia demorado muito tempo esperando por ele no motel. O advogado se recusou a pagar a mulher e teve início a uma discussão.

A vítima relatou que saiu do quarto e começou a ser agredida tanto pelo advogado quanto pela amiga. Durante as agressões, a mulher foi ferida com vários cortes pelo corpo.

A mulher foi socorrida e levada a um hospital de cidade. A Polícia Militar foi acionada e prendeu o advogado e a outra garota de programa. O advogado foi autuado por **tortura** e desacato e a outra mulher foi autuada por **tortura**.

Como na cidade de Grajaú não tem cela especial para presos com formação em nível superior, o advogado foi trazido para a penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, mas já foi posto em liberdade.

De acordo com a Polícia Civil, o caso está sendo concluído e será encaminhado ao judiciário no prazo legal (dez dias) para decisão da Justiça.

Site:

<https://www.djalmarodrigues.com.br/2020/12/05/advogado-e-preso-e-levado-para-pedrinhas-apos-torturar-mulher-em-motel/>

ADVOGADO É PRESO APÓS AGREDIR GAROTA DE PROGRAMA EM MOTEL DE GRAJAÚ

A polícia diz que o advogado foi ao motel com duas prostitutas

e acabou havendo um desentendimento entre os três. Um advogado, que não teve o nome divulgado, foi preso em flagrante na noite da última terça-feira (1º) na cidade de Grajaú, a 580 km de São Luís, suspeito de agredir uma garota de programa dentro de um motel da cidade.

Segundo informações da Polícia Civil do Maranhão, o advogado foi ao motel com duas prostitutas e acabou havendo um desentendimento entre os três. Durante a confusão, uma das mulheres ficou bastante ferida.

Em depoimento, a vítima das agressões afirmou que foi acompanhar uma amiga, que também é garota de programa, em um motel da cidade. Ao chegar no local, a amiga ficou com o advogado em um quarto.

Na hora em que o advogado e a mulher que o acompanhava terminaram o encontro, a vítima cobrou o advogado, pois havia demorado muito tempo esperando por ele no motel. O advogado se recusou a pagar a mulher e teve início a uma discussão.

A vítima relatou que saiu do quarto e começou a ser agredida tanto pelo advogado quanto pela amiga. Durante as agressões, a mulher foi ferida com vários cortes pelo corpo.

A mulher foi socorrida e levada a um hospital de cidade. A Polícia Militar foi acionada e prendeu o advogado e a outra garota de programa. O advogado foi autuado por **tortura** e desacato e a outra mulher foi autuada por **tortura**.

Como na cidade de Grajaú não tem cela especial para presos com formação em nível superior, o advogado foi levado para a Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, mas já foi posto em liberdade.

De acordo com a Polícia Civil, o caso está sendo concluído e será encaminhado ao judiciário no prazo legal (dez dias) para decisão da Justiça.

Fonte: G1 MA

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16204>

Elas denunciam - TAPETE VERMELHO

EVANDRO JUNIOR

Dados da Delegacia da Mulher em São Luís: somente em 2018, foram registradas 1.870 denúncias de mulheres ameaçadas por companheiros ou conhecidos, o que levou à instauração de 1.625 inquéritos, 3.789 pedidos de medidas de proteção, 433 prisões e 1.120 casos de agressão física.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/05>

38% das 401 denúncias de violência a idoso foram apuradas no MA

Somente 38% das 401 denúncias de violência contra idosos no Maranhão foram apuradas pela Polícia Civil, durante a Operação Vetus. Esta ação, coordenada pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública**, teve como objetivo combater crimes de maus-tratos contra o idoso no período da pandemia da Covid-19, nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal.

Essa operação foi realizada ao longo de dois meses e o resultado foi divulgado na sexta-feira, 4. A delegada Iglia Freitas, titular da Delegacia de **Proteção ao Idoso**, explicou que esse trabalho começou na primeira quinzena do mês de outubro deste ano e foi planejado pelo aumento de denúncias de abuso contra idosos registradas no decorrer da pandemia do novo coronavírus, pelo Disque 100, do Ministério da Mulher, Família e **Direitos Humanos**.

No Maranhão, houve 401 denúncias e, entre essa quantidade, a polícia conseguiu apurar 150 casos e resultou em 39 inquéritos policiais como ainda foram solicitadas 27 medidas protetivas e sendo que 10 já foram cumpridas.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/05>

Justiça cancela show em Coelho Neto por conta da Covid

Blog do Neto Weba

A Justiça determinou nesta quarta-feira, 2, a suspensão de um evento que aconteceria nesta sexta, 4, no Município de Coelho Neto. De acordo com a divulgação, o show seria realizado com as atrações Chibata Quente, Dj Valadares e Ariane Lima.

A **Ação Civil Pública** foi proposta pelo titular da Promotoria de Justiça de Coelho Neto, Gustavo Bueno, contra o Município. No documento ministerial, o **MPMA** informou que o local a ser realizado o evento é um espaço público, conhecido como Nosso Buteco, e que já tomou grandes proporções quanto à divulgação, podendo aglomerar uma quantidade imprevisível de pessoas.

Após oficiar a Procuradoria-Geral do Município de Coelho Neto, o **MPMA** foi informado de que não há autorização municipal para este ou qualquer outro evento que importe aglomeração de pessoas. Recebeu ainda informações de que o ente municipal não tem contingente necessário para atuar e fiscalizar, com poder de Polícia necessário, todos os eventos que estão sendo realizados em Coelho Neto que vão de encontro à legislação.

Diante dos fatos, o **Ministério Público** ressaltou a necessidade de se fazer cumprir os vários decretos, portarias e recomendações do Governo do Estado e Município, advertindo que a realização do espetáculo desobedece as normas sanitárias vigentes por conta da pandemia.

De acordo com o pedido, a Justiça determinou a suspensão deste e de qualquer outro evento, show, reunião ou programação de qualquer natureza no município, em local público ou privado, que possam violar leis, decretos e normas sanitárias locais e estaduais com aglomeração de pessoas, sob pena de multa de R\$ 100 mil para cada ato de descumprimento.

Site: <https://www.netoweba.com.br/2020/12/justica-cancela-show-em-coelho-neto-por.html>

Denúncias de adversários levam MP e Justiça a erro em Anajatuba (Política)

Faltando apenas 27 dias para findar a gestão no município de Anajatuba (132Km de São Luís), atendendo ao pedido do **Ministério Público**, em decisão liminar, o juiz Bruno Chaves de Oliveira determinou na sexta-feira (04) o afastamento imediato do prefeito Sidney Pereira até o dia 31 de dezembro, quando encerra o seu mandato. Recai sobre o prefeito suspeitas de **improbidade administrativa**.

Derrotado nas urnas no dia 15 de novembro, Sydney lamentou e está trabalhando para reverter à decisão no Tribunal de Justiça. "Eu acredito que a **Ação Civil Pública** proposta pelo MPE, com base em informações prestadas pelos meus opositores, está alicerçada em fatos inverídicos apresentados com o fito de induzir a erro tanto o promotor quanto o magistrado, pois não houve paralisação do serviço público após James Mendes perder, candidato que apoiei. Tanto que muitas obras estão sendo concluídas", disse o prefeito.

Exemplo disso é a inauguração da Unidade de Ensino Municipal Padre Pedro Miguel Rabelo na comunidade quilombola de Ladeira, na manhã de sexta-feira (04), antes da decisão judicial que culminou com o afastamento do prefeito. Há também a praça na localidade Bacabal já concluída também estava prevista para ser inaugurada na tarde de ontem. Há ainda a revitalização da entrada da sede com iluminação de led, bloquete e asfaltamento, além dos seis quilômetros de asfalto na estrada do Afoga derrubam por terra a denúncia de paralisação dos trabalhos administrativos no município.

"Eu nasci no povoado Bacabal em Anajatuba. Talvez em outras cidades em que o gestor foi derrotado possa estar acontecendo o que foi alegado pelo MPE, que embasou a decisão do magistrado em caráter liminar, mas em Anajatuba estão falseando a verdade. Não acredito que essa seja a melhor saída, digo, abandonar a gestão ou saquear os cofres públicos. Eu preciso avaliar e entender a resposta dada pelas urnas assim como também assimilar as razões que levaram as autoridades a acatar as denúncias formuladas pelos meus opositores, desprezando alguns detalhes importantes. Tem como falar em abandono de serviço público com o tanto de obras que estamos concluindo no município? Será se, quando chegam ao fórum da cidade, as autoridades não conseguem perceber os homens e as máquinas trabalhando na área de

limpeza pública, recapeamento asfáltico e outros itens? De fato, é no mínimo estranho, no entanto, decisão judicial não se discute, cumpre-se", afirmou.

Sydney Pereira, que anunciou que deixará mais de R\$ 600 mil reais na Educação, mais precisamente no item merenda escolar, além de recursos também em outras pastas, questiona a denúncia no tocante à destruição de possíveis provas documentais dos anos de 2013 e 2016, que teriam sido retiradas da prefeitura e incineradas no lixão da cidade.

"Essa informação beira a loucura, pois quem em sua consciência pegaria papéis que, em tese, deveriam sumir do mapa e incineraria no lixão público da cidade? Por que eu iria destruir documentos de 2013 se nem pensava em ser prefeito? Ou de 2016, quando estava interinamente no cargo e toda nossa documentação é digitalizada e enviada aos órgãos de controle? Como iria destruir provas que poderão usar em defesas futuras? Enfim, são informações que não coadunam com a realidade, contudo, estão sendo apresentadas e serão enfrentadas na esfera judicial. Eu não tenho certeza das razões de todo esse imbróglio, mas não descarto a possibilidade de ter como escopo a apropriação do recurso de 1% extra, que toda prefeitura recebe nos meses de julho e dezembro para ajudar na complementação do pagamento das despesas, que em Anajatuba atinge mais de R\$700 mil reais os quais poderiam ser utilizados logo em janeiro para adimplir possíveis débitos de campanha", finalizou.

Site: <https://ilharebelde.com/p/denuncias-de-adversarios-levam-mp-e-justica-a-erro-em-anajatuba/>

Prefeito de Anajatuba é afastado do cargo até o final do mandato

gilbertoleda

Atendendo a pedido do **Ministério Público do Maranhão**, em Ação Civil de **Improbidade Administrativa**, a Justiça determinou, nesta sexta-feira, 4, o **afastamento cautelar** do prefeito de Anajatuba, Sydnei Costa Pereira, pelo prazo de 28 dias, até 31 de dezembro de 2020, quando encerra o seu mandato.

A medida visa resguardar a instrução processual de diversas ações de **improbidade administrativa** contra o gestor que tramitam na Comarca de Anajatuba, bem como assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais, que se encontram prejudicados desde o final das eleições, em 15 de novembro, quando o grupo **político** do atual prefeito saiu derrotado.

Na decisão, foi determinado, ainda, que o ato seja comunicado ao presidente da Câmara Municipal de Anajatuba, a fim de que seja convocada a sessão solene extraordinária para dar posse à vice-prefeita. A documentação comprobatória do cumprimento da medida deve ser enviada ao juiz, no prazo de 72 horas, a contar da intimação.

Ao justificar o pedido de afastamento, o **promotor de justiça** Rodrigo Alves Cantanhede ressaltou que o atual prefeito de Anajatuba é alvo de várias investigações e ações de **improbidade administrativa**, por meio das quais são apuradas condutas irregulares referentes a licitações e contratações fraudulentas; inadimplência no pagamento de salários do funcionalismo público municipal ativo, aposentado e pensionista; contratações precárias sem qualquer processo seletivo ou critério objetivo de escolha, bem como desvio e destinação irregular de recursos públicos.

Ao mesmo tempo, de acordo com o **MPMA**, chegaram ao seu conhecimento, no último dia 26 de novembro de 2020, informações preliminares de que, durante a madrugada anterior, documentos públicos originais, com selos de autenticidade, relativos a procedimentos licitatórios, teriam sido retirados da sede da Prefeitura de Anajatuba e descartados em um caminhão de lixo. Tais documentos, foram encontrados posteriormente incinerados no lixão da cidade, conforme comprovam imagens de vídeos anexados à Ação.

PARALISIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Segundo o **Ministério Público**, desde o final das eleições municipais, foi instalado, no município de Anajatuba, um quadro de paralisia na prestação dos serviços públicos essenciais. No dia 30 de novembro, por exemplo, foi até a Promotoria de Anajatuba a senhora Maria de Ramos Martins Rosa, guardiã de uma menor, diagnosticada com hidrocefalia, para declarar que uma consulta médica agendada deixou de ser realizada porque o Município de Anajatuba não teria fornecido a ajuda de custo relativa ao tratamento fora de domicílio.

Além disso, no mesmo dia, pacientes com doenças renais crônicas (que realizam hemodiálise em São Luís, também pelo serviço de tratamento fora de domicílio) compareceram ao MP para relatar que o veículo utilizado para o transporte não estaria disponível.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2020/12/05/prefeito-de-anajatuba-e-afastado-do-cargo-ate-o-final-do-mandato/>

Governador Flávio Dino palestra sobre desafios da justiça no cenário de pandemia

GILBERTO LIMA

O governador Flávio Dino palestrou sobre os desafios da administração pública e da promoção da justiça, considerando o cenário de pandemia do novo coronavírus. A palestra, realizada nessa sexta-feira (04), às 11h, integrou a programação de encerramento do 10º Congresso Estadual do

Ministério Público do Maranhão (MPMA). Com o tema 'Antigas violações e novas

ferramentas: Desafios e perspectivas do **Ministério Público**', o evento virtual

foi transmitido pelo canal do **MPMA** no YouTube.

O congresso teve início com apresentação de vídeo

sobre a história do **MPMA**, sua missão e realizações pela aplicação da justiça e

defesa da população. Em sua fala, o governador Flávio Dino pontuou a atuação da

gestão pública neste cenário e a importância da participação da justiça nos

processos, tendo como finalidade o atendimento à população.

Discorrendo sobre 'Os desafios das instituições do

sistema de justiça na promoção de direitos e garantias fundamentais', Dino

frisou que a pandemia é o primeiro e maior desafio a se vencer neste momento.

"A pandemia e a negação quanto à gravidade do

coronavírus levou a uma série de desafios para execução do pacto federativo no

país. Este ano não tivemos coordenação nacional nesse âmbito, levando a que as

decisões administrativas não fossem exercidas em ambiente ideal. Nunca se

exigiu tanto a discricionariedade administrativa. O bom administrador é o que

decide e houve impasses que couberam a mim decidir", enfatizou Flávio Dino,

citando a compra de respiradores que salvaram vidas no momento mais crítico da

pandemia no **Maranhão** e o impasse sobre a aquisição da vacina.

O governador ressaltou que, relacionado à vacina,

reinam incertezas que são gravíssimos obstáculos para que "os executores do

catálogo dos direitos fundamentais possam desempenhar suas funções".

Flávio Dino citou outros impasses na promoção da

justiça, causando **problemas** jurídicos e impactando nos direitos fundamentais.

Entre estes, a pandemia e resultante desta, aumento das desigualdades sociais,

inflação de alimentos, aumento dos custos com a **saúde** pública, proliferação de

fake news, reflexo nas estatísticas de violência, corrupção e a tripartição

funcional do **Estado**.

"Que procuremos sempre juntos fazer o melhor, em

favor da população do **Maranhão** e agradeço por esse diálogo com o Ministério

Público Estadual", concluiu Dino.

O procurador geral de Justiça do **Maranhão**, Eduardo

Jorge Nicolau, destacou a riqueza da temática e a

excelência dos
conferencistas.

"Vejo com acerto e alegria a escolha do tema e avalio
que aprendemos muito nestes dias de congresso. A
grande lição aprendida é que,

a forma mais eficiente do **Ministério Público**
desempenhar sua função na

instituição dos direitos e defesa dos mais vulneráveis,
é utilizar as novas

ferramentas inovadoras tecnológicas. Desta forma,
agradeço a todos que nos

acompanharam neste congresso e aos valorosos
procuradores e promotores da

justiça", destacou.

O encerramento do evento nessa sexta-feira (4)

contou, ainda, com mesa-redonda com os promotores
de justiça Letícia Teresa

Sales Freire (moderadora), Ana Luiza Almeida
(debatedora) e Eduardo Borges

(debatedor) e lançamento das versões digitais da
revista Lumiar e da segunda

edição da publicação dos "Autos do processo-crime da
Baronesa de Grajaú,

1876-1877". O congresso foi direcionado a servidores
do **Ministério Público**, do

sistema de justiça, estudantes e operadores do Direito.

Iniciado na quinta-feira (03), o 10º Congresso

Estadual do **Ministério Público** do **Maranhão**
(**MPMA**) contou com participação de

destacados membros da Justiça a exemplo do
desembargador federal, Ney de Barros

Bello Filho, que ministrou palestra sobre "Ações
neutras e responsabilidade

criminal"; o ministro do Superior Tribunal de Justiça
(STJ), Rogério Schietti

Cruz, defendendo o tema "Prisão cautelar: dramas,
princípios e alternativas; o

professor Agostinho Ramalho Marques Neto,
psicanalista e mestre em Direito

(PUC/RJ), debatendo sobre 'O sistema de justiça nas
sociedades democráticas -

uma questão de limites'.

Site:

**[https://www.gilbertolima.com.br/2020/12/governador-
flavio-dino-palestra-sobre.html](https://www.gilbertolima.com.br/2020/12/governador-flavio-dino-palestra-sobre.html)**

Prefeito de Anajatuba é afastado do cargo até o fim do mandato

Daniel Matos

Medida requerida pelo **MPMA** visa resguardar instrução de processos e funcionamento dos serviços públicos

Atendendo a pedido do **Ministério Público do Maranhão**, em Ação Civil de **Improbidade Administrativa**, a Justiça determinou, nesta sexta-feira, 4, o **afastamento cautelar** do prefeito de Anajatuba, Sydney Costa Pereira, pelo prazo de 28 dias, até 31 de dezembro de 2020, quando encerra o seu mandato.

A medida visa resguardar a instrução processual de diversas ações de **improbidade administrativa** contra o gestor que tramitam na Comarca de Anajatuba, bem como assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais, que se encontram prejudicados desde o final das eleições, em 15 de novembro, quando o grupo **político** do atual prefeito saiu derrotado.

Na decisão, foi determinado, ainda, que o ato seja comunicado ao presidente da Câmara Municipal de Anajatuba, a fim de que seja convocada a sessão solene extraordinária para dar posse à vice-prefeita. A documentação comprobatória do cumprimento da medida deve ser enviada ao juiz, no prazo de 72 horas, a contar da intimação.

Ao justificar o pedido de afastamento, o **promotor de justiça** Rodrigo Alves Cantanhede ressaltou que o atual prefeito de Anajatuba é alvo de várias investigações e ações de **improbidade administrativa**, por meio das quais são apuradas condutas irregulares referentes a licitações e contratações fraudulentas; inadimplência no pagamento de salários do funcionalismo público municipal ativo, aposentado e pensionista; contratações precárias sem qualquer processo seletivo ou critério objetivo de escolha, bem como desvio e destinação irregular de recursos públicos.

Ao mesmo tempo, de acordo com o **MPMA**, chegaram ao seu conhecimento, no último dia 26 de novembro de 2020, informações preliminares de que, durante a madrugada anterior, documentos públicos originais, com selos de autenticidade, relativos a procedimentos licitatórios, teriam sido retirados da sede da Prefeitura

de Anajatuba e descartados em um caminhão de lixo. Tais documentos, foram encontrados posteriormente incinerados no lixão da cidade, conforme comprovam imagens de vídeos anexados à Ação.

PARALISIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Segundo o **Ministério Público**, desde o final das eleições municipais, foi instalado, no município de Anajatuba, um quadro de paralisia na prestação dos serviços públicos essenciais. No dia 30 de novembro, por exemplo, foi até a Promotoria de Anajatuba a senhora Maria de Ramos Martins Rosa, guardiã de uma menor, diagnosticada com hidrocefalia, para declarar que uma consulta médica agendada deixou de ser realizada porque o Município de Anajatuba não teria fornecido a ajuda de custo relativa ao tratamento fora de domicílio.

Além disso, no mesmo dia, pacientes com doenças renais crônicas (que realizam hemodiálise em São Luís, também pelo serviço de tratamento fora de domicílio) compareceram ao MP para relatar que o veículo utilizado para o transporte não estaria disponível.

Fonte : **Ministério Público do Maranhão (MPMA)**

Site:

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2020/12/05/prefeito-de-anajatuba-e-afastado-do-cargo-ate-o-fim-do-mandato/>

Justiça afasta Sydnei Pereira no cargo; vice-prefeita de Anajatuba assume (Política)

Yuri Almeida

A Justiça do **Maranhão** determinou, nessa sexta-feira 4, o **afastamento cautelar** de Sydnei Costa Pereira (PCdoB) do cargo de prefeito de Anajatuba. A medida atende pedido formulado pelo **Ministério Público**, em ação de improbidade contra o comunista.

De acordo com a decisão, o afastamento deve durar até o próximo dia 31 de dezembro, quando termina o mandato de Sydnei Pereira.

A medida visa resguardar a instrução processual de diversas ações de improbidade contra o gestor, bem como assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais, que se encontram prejudicados desde o final das eleições, em 15 de novembro, quando o grupo **político** de Sidney Pereira, que tinha como candidato o ex-secretário municipal de Saúde, James Mendes (PCdoB), saiu derrotado.

Na decisão, foi determinado, ainda, que o ato seja comunicado ao presidente da Câmara Municipal de Anajatuba, Edvan Sanches (PSB), a fim de que seja convocada a sessão solene extraordinária para dar posse à vice-prefeita, Lucilândia da Colônia (MDB) - eleita vereador nas eleições municipais de 2020.

Sidney Pereira é investigado pelo **Ministério Público** sob a suspeita de diversas condutas irregulares, dentre elas licitações e contratações fraudulentas; inadimplência no pagamento de salários do funcionalismo público municipal ativo, aposentado e pensionista; contratações precárias sem qualquer processo seletivo ou critério objetivo de escolha, bem como desvio e destinação irregular de recursos públicos.

Além disso, no último dia 26, o **Ministério Público** tomou conhecimento de informações preliminares de que, durante a madrugada anterior, documentos públicos originais, com selos de autenticidade, relativos a procedimentos licitatórios, teriam sido retirados da sede da Prefeitura de Anajatuba e descartados em um caminhão de lixo. Tais documentos, foram encontrados posteriormente incinerados no lixão da cidade, conforme imagens de vídeos anexados à ação pelo promotor Rodrigo Alves Cantanhede.

Site: <https://atual7.com/noticias/politica/2020/12/justica-afasta-sydnei-pereira-no-cargo-vice-prefeita-de-anajatuba-assume/>

ANAJATUBA - Prefeito é afastado do cargo até o final do mandato

Atendendo a pedido do **Ministério Público do Maranhão**, em Ação Civil de **Improbidade Administrativa**, a Justiça determinou, nesta sexta-feira, 4, o **afastamento cautelar** do prefeito de Anajatuba, Sydney Costa Pereira, pelo prazo de 28 dias, até 31 de dezembro de 2020, quando encerra o seu mandato.

A medida visa resguardar a instrução processual de diversas ações de **improbidade administrativa** contra o gestor que tramitam na Comarca de Anajatuba, bem como assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais, que se encontram prejudicados desde o final das eleições, em 15 de novembro, quando o grupo **político** do atual prefeito saiu derrotado.

Na decisão, foi determinado, ainda, que o ato seja comunicado ao presidente da Câmara Municipal de Anajatuba, a fim de que seja convocada a sessão solene extraordinária para dar posse à vice-prefeita. A documentação comprobatória do cumprimento da medida deve ser enviada ao juiz, no prazo de 72 horas, a contar da intimação.

Ao justificar o pedido de afastamento, o **promotor de justiça** Rodrigo Alves Cantanhede ressaltou que o atual prefeito de Anajatuba é alvo de várias investigações e ações de **improbidade administrativa**, por meio das quais são apuradas condutas irregulares referentes a licitações e contratações fraudulentas; inadimplência no pagamento de salários do funcionalismo público municipal ativo, aposentado e pensionista; contratações precárias sem qualquer processo seletivo ou critério objetivo de escolha, bem como desvio e destinação irregular de recursos públicos.

Ao mesmo tempo, de acordo com o **MPMA**, chegaram ao seu conhecimento, no último dia 26 de novembro de 2020, informações preliminares de que, durante a madrugada anterior, documentos públicos originais, com selos de autenticidade, relativos a procedimentos licitatórios, teriam sido retirados da sede da Prefeitura de Anajatuba e descartados em um caminhão de lixo. Tais documentos, foram encontrados posteriormente incinerados no lixão da cidade, conforme comprovam imagens de vídeos anexados à Ação.

Segundo o **Ministério Público**, desde o final das eleições municipais, foi instalado, no município de Anajatuba, um quadro de paralisia na prestação dos serviços públicos essenciais. No dia 30 de novembro, por exemplo, foi até a Promotoria de Anajatuba a senhora Maria de Ramos Martins Rosa, guardiã de uma menor, diagnosticada com hidrocefalia, para declarar que uma consulta médica agendada deixou de ser realizada porque o Município de Anajatuba não teria fornecido a ajuda de custo relativa ao tratamento fora de domicílio.

Além disso, no mesmo dia, pacientes com doenças renais crônicas (que realizam hemodiálise em São Luís, também pelo serviço de tratamento fora de domicílio) compareceram ao MP para relatar que o veículo utilizado para o transporte não estaria disponível.

Site: <https://omaranhense.com/anajatuba-prefeito-e-afastado-do-cargo-ate-o-final-do-mandato/>

Prefeito de Anajatuba é afastado do cargo até o final do mandato

Prefeito Sydnei Costa Pereira foi afastado do cargo (Foto: Divulgação)

Atendendo a pedido do **Ministério Público do Maranhão**, em Ação Civil de **Improbidade Administrativa**, a Justiça determinou, nessa sexta-feira, 4, o **afastamento cautelar** do prefeito de Anajatuba, Sydnei Costa Pereira, pelo prazo de 28 dias, até 31 de dezembro de 2020, quando encerra o seu mandato.

A medida visa resguardar a instrução processual de diversas ações de **improbidade administrativa** contra o gestor que tramitam na Comarca de Anajatuba, bem como assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais, que se encontram prejudicados desde o final das eleições, em 15 de novembro, quando o grupo **político** do atual prefeito saiu derrotado.

Na decisão, foi determinado, ainda, que o ato seja comunicado ao presidente da Câmara Municipal de Anajatuba, a fim de que seja convocada a sessão solene extraordinária para dar posse à vice-prefeita. A documentação comprobatória do cumprimento da medida deve ser enviada ao juiz, no prazo de 72 horas, a contar da intimação.

Ao justificar o pedido de afastamento, o **promotor de justiça** Rodrigo Alves Cantanhede ressaltou que o atual prefeito de Anajatuba é alvo de várias investigações e ações de **improbidade administrativa**, por meio das quais são apuradas condutas irregulares referentes a licitações e contratações fraudulentas; inadimplência no pagamento de salários do funcionalismo público municipal ativo, aposentado e pensionista; contratações precárias sem qualquer processo seletivo ou critério objetivo de escolha, bem como desvio e destinação irregular de recursos públicos.

Ao mesmo tempo, de acordo com o **MPMA**, chegaram ao seu conhecimento, no último dia 26 de novembro de 2020, informações preliminares de que, durante a madrugada anterior, documentos públicos originais, com selos de autenticidade, relativos a procedimentos licitatórios, teriam sido retirados da sede da Prefeitura de Anajatuba e descartados em um caminhão de lixo. Tais documentos, foram encontrados posteriormente incinerados no lixão da cidade, conforme comprovam

imagens de vídeos anexados à Ação.

PARALISIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Segundo o **Ministério Público**, desde o final das eleições municipais, foi instalado, no município de Anajatuba, um quadro de paralisia na prestação dos serviços públicos essenciais. No dia 30 de novembro, por exemplo, foi até a Promotoria de Anajatuba a senhora Maria de Ramos Martins Rosa, guardiã de uma menor, diagnosticada com hidrocefalia, para declarar que uma consulta médica agendada deixou de ser realizada porque o Município de Anajatuba não teria fornecido a ajuda de custo relativa ao tratamento fora de domicílio.

Além disso, no mesmo dia, pacientes com doenças renais crônicas (que realizam hemodiálise em São Luís, também pelo serviço de tratamento fora de domicílio) compareceram ao MP para relatar que o veículo utilizado para o transporte não estaria disponível.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/12/05/prefeito-de-anajatuba-e-afastado-do-cargo-ate-o-final-do-mandato/>

Encerrado 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

Com uma conferência sobre "Os desafios das instituições do Sistema de Justiça na promoção de direitos e garantias fundamentais", proferida pelo governador Flávio Dino, foi encerrado, nesta sexta-feira, 4, o 10º Congresso **Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão**, que teve como tema "Antigas violações e novas ferramentas: desafios e perspectivas do **Ministério Público**".

Flávio Dino focou sua palestra no momento atual, marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Para ele, o próprio contexto configura um enorme desafio para a garantia de direitos, ressaltando os desajustes na execução do pacto federativo. Para o governador, a falta de uma coordenação levou a um verdadeiro "todos contra todos" na busca por insumos que pudessem garantir a preservação de vidas.

Para Dino, nunca houve tanta importância na discricionariedade administrativa dos gestores, que precisam tomar decisões difíceis e cuja interpretação precisa levar em conta todo o contexto vivido. O governador lembrou a busca de estados por respiradores, em um momento em que escolhas não eram possíveis. "Ou era aquele ou nenhum. Se o gestor optasse por não adquirir os equipamentos, quantas milhares de pessoas teriam morrido?", questionou.

Outra questão levantada pelo conferencista foi o agravamento das desigualdades sociais causadas pela pandemia. De acordo com Flávio Dino, a lenta reorganização dos processos produtivos levou a uma forte inflação dos alimentos, o que resulta em pessoas comendo menos. Para o governador, esse fato gera impacto direto na garantia do direito à vida.

Flávio Dino também apontou o desafio que são as fake news dentro de todo o processo enfrentado pela população brasileira. O governador lamentou que muitas dessas notícias falsas, algumas consideradas até anedóticas, se consolidem junto a segmentos da sociedade e cheguem a impactar sobre decisões administrativas dos governantes.

O conferencista também ressaltou que a violência é um grave desafio a ser enfrentado, lembrando o aumento dos números de casos de violência contra a mulher e contra idosos no período de isolamento social. Outro aspecto destacado foi o de que o

aumento da violência está diretamente ligado ao aumento das desigualdades sociais, em especial no que diz respeito aos crimes contra o patrimônio.

O governador Flávio Dino também condenou a existência de atos de corrupção em meio à grave crise vivida pelo país. Para ele, é indecente que gestores e empresários possam desviar recursos destinados à **saúde** e à garantia da vida da população. "Direitos dependem de meios para ser concretizados e a corrupção frustra todo esse processo", avaliou.

Por fim, Flávio Dino citou **problemas** na tripartição funcional do **Estado**, afirmando que há uma parlamentarização de despesas públicas e observando que até hoje sequer foi instalada a comissão que elaborará o orçamento brasileiro para 2021. "Isso impacta inclusive em políticas públicas estaduais, pois tudo depende do orçamento da União", explicou.

Para Dino, os temas apresentados durante a conferência são dramaticamente atuais e merecem a atenção de todos os agentes públicos, inclusive dos membros do **Ministério Público**.

No encerramento dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, afirmou estar imensamente honrado, voltando a ressaltar a riqueza dos temas discutidos e a qualidade dos conferencistas. "Fica uma grande lição: para ser mais eficiente, o **Ministério Público** precisa usar as modernas ferramentas tecnológicas para combater antigos **problemas**", concluiu.

Também compuseram a mesa de encerramento as subprocuradoras de Assuntos Administrativos, Regina Leite, e de Assuntos Jurídicos, Lize de Maria Brandão, e o procurador-geral do **Estado**, Rodrigo Maia Rocha.

PUBLICAÇÕES

Ainda na manhã desta sexta-feira, foram lançadas as segundas edições dos Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú, 1876-1877 e da Revista Lumiar.

A coordenadora de pós-graduação da **Escola Superior do Ministério Público do Maranhão** (ESMP), Ana Luíza Almeida Ferro, apresentou a primeira obra, falando sobre a importância do Crime da Baronesa e destacando diversos aspectos da contribuição de

Celso Magalhães para a sociedade maranhense.

Já a segunda edição da Revista Lumiar foi apresentada pela diretora da ESMP, Karla Adriana Holanda Farias Vieira. A obra traz artigos de alunos e professores da primeira turma do curso de pós-graduação em Gestão e Governança em **Ministério Público**, promovido pela **Escola**, além de convidados. A revista também marca o centenário de Paulo Freire. "Como Paulo Freire, também acreditamos na força da mudança e na libertação pela **educação**", afirmou.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/853707/encerrado-10-congresso-estadual-do-ministerio-publico-do-maranhao>

AGÊNCIA DO BANCO ITAÚ DE SANTA INÊS "APRONTA" NOVAMENTE COM SEUS CLIENTES E CORRENTISTAS

Não foi a primeira e nem a segunda vez, que a agência do Banco Itaú de Santa Inês apronta com seus clientes e correntistas em geral. A agência que está sem gerência presencial desde março, quando foi declarado o estado de pandemia no Brasil, e no mundo, segue "entregando" menos da metade da prestação de serviço que a marca divulga em seus caríssimos comerciais. Sem ter a quem se queixar, quem tem conta no banco, seja ela qual for, acaba mesmo se submetendo a tratamentos os quais jamais imaginavam que um dia passariam. Para ficar em um só exemplo, só este ano a agência já sofreu dois ou três apagões, sendo que o último esta semana que se encerra hoje, durou quase três dias. Caixas sem funcionar, tudo no escuro à noite, insegurança total, centenas de pessoas expostas nas calçadas a espera de uma solução, e quase nenhuma informação. O banco ficou sem energia depois que um transformador que fica nas proximidades teria sofrido uma pane, no que acabou por prejudicar não só o Itaú, mas várias lojas das proximidades. Ocorre que a Cemar compareceu com sua equipe ao local, e resolveu o problema, reestabelecendo a energia da vizinhança, porém já a do Banco Itaú, não foi reestabelecida e "não seria" o fato de responsabilidade da Cemar.

Dois dias praticamente sem expediente e sem ter o que explicar para os clientes, eis que desembarca na cidade uma equipe de manutenção elétrica do banco, procedente de São Luís, isso na manhã de quinta-feira. Salvo engano no começo da tarde, parte do sistema de energia da agência teria voltado a funcionar, o que permitiu o atendimento, principalmente de quem mora em outra cidade e estava aqui em Santa Inês sem dinheiro nem para voltar para casa. Já ontem, sexta-feira, o funcionamento da agência teria voltado à normalidade. Repetimos aqui; esses apagões na agência do Itaú em Santa Inês, vem se tornando fato rotineiro.

SEM FISCALIZAÇÃO

O estranho de tudo isso, é que o Itaú apronta até demais com seus clientes e correntistas, e ao que se sabe, nenhum órgão de defesa do consumidor aparece naquela agência para coloca-la no seu devido lugar. Nem o **Procon**, nem **Ministério Público** ou

outro órgão qualquer. Tem dia que não há dinheiro nos caixas eletrônicos, não existe nem mesmo um toldo em frente da agência para proteger centenas de pessoas que não podem entrar na agência quando chegam ali, tendo que enfrentar uma fila, e por isso se expõem ao sol, ao chuveiro ou até mesmo a chuva. O Banco Itaú parece que não se dá muito bem com Santa Inês. Os mais antigos lembram que lá pela década de 80 ou 90, havia aqui uma agência do Itaú. A mesma fechou e foi embora. Lá pela metade desta década, o banco retornou à cidade. Foi muito bem recebido. Ainda está devendo uma melhor prestação de serviço aos seus clientes e correntistas em geral. Pergunta-se; até quando vai isso?

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16186>

JUDICIÁRIO DESTINOU AUTOMÓVEL PARA PATRULHA MARIA DA PENHA EM SANTA INÊS E BELA VISTA

A Justiça determinou a cessão de um automóvel apreendido no tráfico de drogas para uso exclusivo no atendimento da "Patrulha Maria da Penha", em Santa Inês e Bela Vista do Maranhão. A sentença da juíza Denise Pedrosa Torres, possibilitou a instalação da Patrulha Maria da Penha na comarca de Santa Inês, que possui grande demanda de processos envolvendo violência doméstica contra mulheres.

O automóvel usado modelo Duster, com placa de Marabá (PA), foi apreendido em ação penal por ter sido utilizado no transporte ilegal de 7kg de crack escondidos no painel e porta-malas do carro, no valor de R\$ 14 mil. A droga seria vendida na região de Santa Inês.

A sentença da juíza Denise Pedrosa Torres (4ª Vara de Santa Inês) condenou o traficante a oito anos e seis meses de reclusão, por tráfico interestadual de drogas, e decretou a cessão definitiva do veículo para utilização no policiamento ostensivo e atendimento especializado da Patrulha Maria da Penha da Comarca de Santa Inês, nas ocorrências relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PERDIMENTO

O perdimento dos bens ligados ao tráfico é determinado pelos artigos 62 e 63 da Lei 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). "Quando o veículo foi usado para transportar drogas em crime de tráfico de entorpecentes, e se o réu for condenado, decreta-se na sentença o perdimento do bem. Assim, a destinação do bem para uma unidade da polícia atuante diretamente na própria Comarca que foi atingida pelo delito mostra-se uma forma de compensar a comunidade local lesada", explicou a juíza na sentença.

Com a ordem judicial, o veículo que estava temporariamente em poder da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (SENARC) durante a instrução criminal, foi cedido ao 7º Batalhão de Polícia Militar e os policiais receberam treinamento para atuar nas ocorrências. A droga foi encaminhada para incineração.

PATRULHA MARIA DA PENHA

A cessão do automóvel possibilitou a implantação da Patrulha Maria da Penha em Santa Inês, em 22 de outubro deste ano. "O **Ministério Público** ofereceu a denúncia, fez a instrução **processual penal** e, nas alegações finais, pediu a decretação da perda desse bem para implantação da Patrulha Maria da Penha e a juíza acolheu o pedido", disse o **promotor de Justiça** Moisés Caldeira Brant (Santa Inês).

No ato da instalação da Patrulha Maria da Penha também foi entregue à Polícia Militar um kit composto por um notebook, impressora multifuncional e um aparelho celular para os casos de urgência e emergência para uso no atendimento às ocorrências de violência doméstica.

A Patrulha Maria da Penha foi criada pelo Decreto 31.763 de 20 de maio de 2016, com o objetivo de atender às **mulheres vítimas de violência** doméstica e familiar e fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência pelos homens autores de violência. No Maranhão, está instalada nos municípios de São Luís e Região Metropolitana, Imperatriz, Balsas, Timon e Santa Inês. (Fonte: TJ/MA)

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16198>

EX-PREFEITO DE BURITICUPU É CONDENADO A DEVOLVER R\$ 6,3 MIL

Ex-gestor não repassou à previdência municipal as contribuições

feitas pelos servidores, no período de maio a dezembro de 2012 O ex-prefeito de Buriticupu, Antônio Marcos de Oliveira, foi condenado a devolver o valor de R\$ 6.360.042,36 milhões relativos a danos materiais causados aos cofres públicos municipais e ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Buriticupu (IPSEMB). O ex-prefeito foi condenado em Ação Civil por Atos de **Improbidade Administrativa**, movida pelo **Ministério Público** estadual, por não repassar à previdência municipal as contribuições feitas pelos servidores, no período de maio a dezembro de 2012, quando era prefeito municipal.

De acordo com o **Ministério Público**, a ilegalidade dos atos foi comprovada nos autos por meio de extrato da conta do IPSEMB, informando que o réu deixou de repassar à Previdência Municipal o valor de R\$ 6.360.042,36. Em diligências realizadas no processo, o **Ministério Público** informou que o Município de Buriticupu firmou três termos de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários nos valores de R\$ 1.479.004,98; R\$ 2.626.144,67 e R\$ 1.362.054,80. Esses acordos são referentes à ausência de repasses de valores de contribuições previdenciárias dos servidores municipais descontados no período de maio a dezembro de 2012, quando o réu era o prefeito municipal.

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16208>

Encerrado 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

Com uma conferência sobre "Os desafios das instituições do Sistema de Justiça na promoção de direitos e garantias fundamentais", proferida pelo governador Flávio Dino, foi encerrado, nesta sexta-feira, 4, o 10º Congresso **Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão**, que teve como tema "Antigas violações e novas ferramentas: desafios e perspectivas do **Ministério Público**".

Flávio Dino focou sua palestra no momento atual, marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Para ele, o próprio contexto configura um enorme desafio para a garantia de direitos, ressaltando os desajustes na execução do pacto federativo.

Para o governador, a falta de uma coordenação levou a um verdadeiro "todos contra todos" na busca por insumos que pudessem garantir a preservação de vidas.

Para Dino, nunca houve tanta importância na discricionariedade administrativa dos gestores, que precisam tomar decisões difíceis e cuja interpretação precisa levar em conta todo o contexto vivido. O governador lembrou a busca de estados por respiradores, em um momento em que escolhas não eram possíveis. "Ou era aquele ou nenhum. Se o gestor optasse por não adquirir os equipamentos, quantas milhares de pessoas teriam morrido?", questionou.

Outra questão levantada pelo conferencista foi o agravamento das desigualdades sociais causadas pela pandemia. De acordo com Flávio Dino, a lenta reorganização dos processos produtivos levou a uma forte inflação dos alimentos, o que resulta em pessoas comendo menos. Para o governador, esse fato gera impacto direto na garantia do direito à vida.

Flávio Dino também apontou o desafio que são as fake news dentro de todo o processo enfrentado pela população brasileira.

O governador lamentou que muitas dessas notícias falsas, algumas consideradas até anedóticas, se consolidem junto a segmentos da sociedade e cheguem a impactar sobre decisões administrativas dos governantes.

O conferencista também ressaltou que a violência é

um grave desafio a ser enfrentado, lembrando o aumento dos números de casos de violência contra a mulher e contra idosos no período de isolamento social. Outro aspecto destacado foi o de que o aumento da violência está diretamente ligado ao aumento das desigualdades sociais, em especial no que diz respeito aos crimes contra o patrimônio.

O governador Flávio Dino também condenou a existência de atos de corrupção em meio à grave crise vivida pelo país. Para ele, é indecente que gestores e empresários possam desviar recursos destinados à **saúde** e à garantia da vida da população. "Direitos dependem de meios para ser concretizados e a corrupção frustra todo esse processo", avaliou.

Por fim, Flávio Dino citou **problemas** na tripartição funcional do **Estado**, afirmando que há uma parlamentarização de despesas públicas e observando que até hoje sequer foi instalada a comissão que elaborará o orçamento brasileiro para 2021. "Isso impacta inclusive em políticas públicas estaduais, pois tudo depende do orçamento da União", explicou.

Para Dino, os temas apresentados durante a conferência são dramaticamente atuais e merecem a atenção de todos os agentes públicos, inclusive dos membros do **Ministério Público**.

No encerramento dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, afirmou estar imensamente honrado, voltando a ressaltar a riqueza dos temas discutidos e a qualidade dos conferencistas. "Fica uma grande lição: para ser mais eficiente, o **Ministério Público** precisa usar as modernas ferramentas tecnológicas para combater antigos **problemas**", concluiu.

Também compuseram a mesa de encerramento as subprocuradoras de Assuntos Administrativos, Regina Leite, e de Assuntos Jurídicos, Lize de Maria Brandão, e o procurador-geral do **Estado**, Rodrigo Maia Rocha.

PUBLICAÇÕES

Ainda na manhã desta sexta-feira, foram lançadas as segundas edições dos "Autos do processo- crime da Baronesa de Grajaú, 1876-1877" e da Revista Lumiar.

A coordenadora de pós-graduação da **Escola Superior**

do **Ministério Público** do **Maranhão** (ESMP), Ana Luíza Almeida Ferro, apresentou a primeira obra, falando sobre a importância do Crime da Baronesa e destacando diversos aspectos da contribuição de Celso Magalhães para a sociedade maranhense.

Já a segunda edição da Revista Lumiar foi apresentada pela diretora da ESMP, Karla Adriana Holanda Farias Vieira. A obra traz artigos de alunos e professores da primeira turma do curso de pós-graduação em Gestão e Governança em **Ministério Público**, promovido pela **Escola**, além de convidados. A revista também marca o centenário de Paulo Freire.

"Como Paulo Freire, também acreditamos na força da mudança e na libertação pela **educação**", afirmou. (Rodrigo Freitas - CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/170/20201205.pdf>

ITINGA DO MARANHÃO - MPMA requer lotação de investigadores e escrivão em delegacia

A Promotoria de Justiça de Itinga do Maranhão ingressou, nesta quinta-feira, 3, com uma **Ação Civil Pública** contra o Estado do Maranhão, na qual requer a imediata lotação de pelo menos dois investigadores e um escrivão de polícia na delegacia do município.

Na ação, o **promotor de justiça** Tiago Quintanilha Nogueira afirma que é imensa a movimentação de procedimentos policiais e processos criminais na comarca. Ao mesmo tempo, a delegacia de polícia de Itinga do Maranhão conta apenas com dois profissionais da carreira policial: um delegado e um investigador.

Além disso, há seis servidores cedidos de outros órgãos que realizam as funções de escrivão, secretário, faxineira e vigilantes.

De acordo com o membro do **Ministério Público**, a situação é caótica no município, que tem cerca de 30 mil habitantes e faz divisa com o estado do Pará. Pelo menos duas facções criminosas atuam no município de Itinga do Maranhão, de acordo com informações da própria Polícia Civil.

Após o anúncio, em setembro deste ano, da nomeação de delegados, investigadores, escrivães, peritos e odontologistas, tanto a Secretaria de **Segurança Pública** quanto a Superintendência de Polícia Civil do Interior deram respostas evasivas a respeito da lotação de servidores em Itinga do Maranhão, quando questionados pelo **Ministério Público**.

Na **Ação Civil Pública**, a Promotoria pede a concessão de medida liminar nomeando ao menos dois investigadores e um escrivão para a delegacia, sob pena de multa diária, crime de desobediência e outras medidas coercitivas que sejam necessárias.

Site: <https://omaranhense.com/itinga-do-maranhao-mpma-requer-lotacao-de-investigadores-e-escrivao-em-delegacia/>

Ex-prefeito de Buriticupu deve devolver R\$ 6,3 milhões ao Município

Blog do Neto Weba

O ex-prefeito foi condenado em Ação Civil por Atos de **Improbidade Administrativa**, movida pelo **Ministério Público** estadual, por não repassar à previdência municipal as contribuições feitas pelos servidores, no período de maio a dezembro de 2012, quando era prefeito municipal.

A ilegalidade dos atos foi comprovada nos autos por meio de extrato da conta do IPSEMB, informando que o réu deixou de repassar à Previdência Municipal o valor de R\$ 6.360.042,36. Em diligências realizadas no processo, o **Ministério Público** informou que o Município de Buriticupu firmou três termos de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários nos valores de R\$ 1.479.004,98; R\$ 2.626.144,67 e R\$ 1.362.054,80.

Esses acordos são referentes à ausência de repasses de valores de contribuições previdenciárias dos servidores municipais descontados no período de maio a dezembro de 2012, quando o réu era o prefeito municipal.

A sentença, do juiz Raphael Leite Guedes, condenou o ex-gestor com base na Lei de **Improbidade Administrativa** - LIA (nº 8.429/92), que estabelece configurar **improbidade administrativa** o ato praticado por agente público que importe em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação aos princípios da administração pública (artigos 9, 10 e 11 da LIA).

Conforme a sentença, o artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal assegura que o administrador público possui o dever de prestar contas dos valores por ele geridos a fim de satisfazer as necessidades coletivas, e empregar a referida verba conforme determinação legal ou contratual, razão pela qual o não atendimento do dispositivo constitucional fere frontalmente os princípios constitucionais.

O juiz concluiu, "sem sobra de dúvidas", pelo desvio de verba pública destinada ao ente público para uso unicamente pessoal, ocasionando prejuízo evidente ao erário e violação dos artigos 10 e 11 da Lei de **Improbidade Administrativa**, ficando rebatidas as teses defensivas pela prova documental apresentada nos autos. A defesa do réu não comprovou o destino

dado ao dinheiro público recebido nas contas municipais.

Guedes deixou de aplicar a perda da função pública, diante do fato de o réu não ocupar mais a chefia do Poder Executivo municipal, vez que o mandato eletivo encerrou em 2012 e já se passaram mais de cinco anos da data - conforme o artigo 23, inciso I, da LIA.

Site: <https://www.netowebea.com.br/2020/12/ex-prefeito-de-buriticupu-deve-devolver.html>

MA teve cerca de 4 mil focos de queimadas a menos em 2020, diz governo

Por G1 MA - São Luís

O último relatório de focos de incêndio no **Maranhão** aponta que, em 2020, o estado teve um número menor de **queimadas** quando comparado com o ano anterior. Em 2019 foram registrados mais de 18 mil focos de incêndio no estado. No último boletim, divulgado em novembro, o estado registrou uma média de 14 mil **queimadas**.

Em 2020 o Governo do Estado implementou a campanha '**Maranhão Sem Queimadas**' que tem por objetivo desenvolver ações de proteção e defesa civil para o enfrentamento dos desastres (**queimadas** e incêndios florestais) em todo o **Maranhão**. A criação da sede do Corpo de Bombeiros no município de Barra do Corda, em 2020, também foi um dos motivos para a diminuição das **queimadas**.

Em janeiro de 2019, por exemplo, foram registrados 712 focos de **queimadas**, enquanto em janeiro de 2020, apenas 86. Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020, o **Maranhão** ficou com o quantitativo de focos de **queimadas** abaixo das médias históricas registradas nos últimos 20 anos.

No primeiro semestre de 2020, o **Maranhão** registrou 3.149 **queimadas**, de acordo com um relatório do Corpo de Bombeiros Militar do **Maranhão** (CBMMA), com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A nível de comparação, em 2019, os primeiros sete meses do ano registraram mais de 1.800 focos de incêndio.

As **queimadas** no **Maranhão** cresceram 73,5% no mês de julho deste ano, em comparação com mesmo período de 2019. Os dados também são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Ao todo, foram 1871 focos de incêndio nos biomas cerrado, caatinga e amazônia, enquanto em 2019 ocorreram 1078 focos de **queimadas**.

No bioma amazônia, o aumento das **queimadas** foi ainda maior: 181%. Enquanto em julho de 2019 ocorreram 86 focos de incêndio, em 2020 esse número subiu para 242. Apenas houve redução das **queimadas** na caatinga.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/12/06/ma-teve-cerca-de-4-mil-focos-de-queimadas-a-menos-em-2020-diz-governo.ghtml>

Número de focos de incêndios cai no Maranhão

SÃO LUÍS - O último relatório de focos de incêndio no **Maranhão** aponta que, em 2020, o Estado teve um número menor de **queimadas** quando comparado com o ano anterior. Em 2019 foram registrados mais de 18 mil focos de incêndio no Estado. No último boletim, divulgado em novembro, o Estado registrou uma média de 14 mil **queimadas**.

Para o comandante do Corpo de Bombeiros do **Maranhão**, coronel Célio Roberto, ações como a campanha **Maranhão Sem Queimadas**, resultaram na diminuição dos focos de queimada no Estado. "Por meio de ações de proteção, defesa civil, gerenciamento do desastre, cursos, estágios e treinamentos conseguimos diminuir o número de **queimadas** no **Maranhão**", disse o comandante.

Em 2020 o governo do Estado implementou a campanha **Maranhão Sem Queimadas** que tem por objetivo desenvolver ações de proteção e defesa civil para o enfrentamento dos desastres (**queimadas** e incêndios florestais) em todo o **Maranhão**. A criação da sede do Corpo de Bombeiros no município de Barra do Corda, em 2020, também foi um dos motivos para a diminuição das **queimadas**.

"A criação de novas unidades contribuiu para essa diminuição, por exemplo, no município de Barra do Corda. Nos anos anteriores tínhamos que mandar equipes para ficar lá direto, lugar onde havia muita queimada. Com a nova sede, foram feitas muitas ações de prevenção, com a presença da equipe de bombeiros. Isso foi fundamental para conter os focos e evitar uma maior propagação", disse o coronel Célio Roberto.

Em janeiro de 2019, por exemplo, foram registrados 712 focos de **queimadas**, enquanto em janeiro de 2020, apenas 86. Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020, o **Maranhão** ficou com o quantitativo de focos de **queimadas** abaixo das médias históricas registradas nos últimos 20 anos.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2020/12/06/numero-de-focos-de-incendios-cai-no-maranhao.shtml>

Violência policial no Maranhão é incentivada pelo governo

José Linhares Jr.

Na madrugada do dia 29 de dezembro de 2020 policiais militares de Rosário, interior do Maranhão, foram filmados agredindo moradores durante o atendimento de uma ocorrência de aglomeração e perturbação de sossego. O vídeo é mais um, entre vários episódios, de violência policial no Maranhão. A sensação de que a polícia anda mais violenta é amparada não apenas por dezenas de vídeos, mas por números. Sob a tutela de Flávio Dino, a polícia militar no Maranhão está matando mais, morrendo mais e agredindo mais.

O caso de Rosário foi uma verdadeira aula de como a polícia não deve agir. Além de agredirem os jovens com tapas na cara, chutes e xingamentos, os policiais alvejaram com um tiro de bala de borracha um jovem que estava tirando foto da ocasião.

Na mesma semana também foram divulgados vídeos de casos de suposta violência policial em bairros da capital. No mesmo fim de semana um vídeo de agredindo e atirando uma mulher em um bairro da periferia também foi divulgado.

Números revelam que os casos do fim de semana não foram isolados. Reportagem do jornalista Alex Barbosa, da TV Mirante, mostram que quase 800 policiais respondem a processos no Maranhão.

Após a divulgação do ocorrido, como de costume, os policiais foram crucificados por entidades como OAB, órgãos de "**direitos humanos**", imprensa e pelo próprio governador Flávio Dino (PCdoB). Sociólogos foram mostrados repetindo os mesmos clichês de sempre. "A violência policial é cultural", "Há uma deformação na autoridade policial", "Falta preparo" e outras generalidades que não esclarecem absolutamente nada o aumento da violência policial no estado.

Apesar das entidades e dos especialistas, uma análise simples revela que a máquina de violência policial no Maranhão possui raízes no fracasso das políticas do ATUAL governo na formação de policiais e harmonia entre agentes e sociedade.

Já no final de 2016 o governador teve indícios do problema da violência policial e de como a falta de

preparo poderia resultar na perda de vidas. Dois anos após Dino assumir o cargo, policiais militares assassinaram uma garota de 23 anos e balearam a irmã dela, de 27 anos, em Balsas (MA).

O veículo das duas jovens foi metralhado porque não parara em uma barreira policial na BR-230. As duas eram irmãs e voltavam de um velório quando se depararam com o bloqueio. Detalhe: os policiais não usavam fardamento. A morte de Karina deveria servir como um aviso, mas foi completamente desprezada pelo governador. O caso deixa claro a falta de preparo dos policiais em questão na formação de uma simples blitz.

Até o mais esquerdista dos sociólogos não pode negar que a formação do policial pelo GOVERNO DA VEZ é o maior mecanismo de prevenção que se pode ter contra a violência. Sob a batuta de Flávio Dino, os cursos de formação policial sofreram uma diminuição radical com o comunista.

O processo de formação de policiais que anos atrás demorava cerca de 12 meses, hoje foi reduzido a míseros quatro meses. O resultado imediato foi a morte de vários policiais em operação logo após saírem do curso de "formação". O número de policiais mortos por imperícia também aumentou com a nova política do governo.

Ou seja: por culpa única e exclusiva do governador Flávio Dino a qualidade dos policiais maranhenses piorou.

O uso político da Polícia Militar também tem transformado, para pior, a vida de policiais na corporação e pode ter influência no aumento da violência. Poucos anos atrás um ofício interno da PM deixou claro que a corporação estava sendo utilizada para espionar adversários do governo.

Dentro da Polícia Militar o clima é de terror. Muitos soldados e oficiais tidos como opositores do governo reclamam de perseguição e pressão política. O nível de stress na corporação em período eleitoral (coincidentemente quando viralizam vídeos de abuso de autoridade) sobe a níveis elevados segundo agentes ouvidos pelo blog.

O aparelhamento político da tropa e o desprezo pela

eficiência da tropa também pode ser observado na figura nefasta dos tais "capelães". Apesar de não demonstrarem publicamente, muitos policiais e soldados reclamam e desconfiam das dezenas cargos de capelães criados para, segundo denúncias, barganhar votos com pastores evangélicos. A situação também mexeu com o funcionamento da polícia.

A sensação de abandono também tem afetado os policiais. Após a chegada de Flávio Dino ao poder, foi decretado que o braço jurídico do governo não iria mais defender policiais por atos cometidos em serviço. A notícia tirou a moral de muitos policiais e criou o estigma na corporação de que o governador não gostava da polícia.

Nunca antes na história do Maranhão a Polícia Militar e seus agentes foram tão negligenciados. Seja pela precarização da formação, aparelhamento político ou perseguição e assédio na corporação.

O governador Flávio Dino, que imediatamente decidiu pelo afastamento dos policiais envolvidos no caso de Rosário, não costuma ter a mesma postura quando oficiais são envolvidos alinhados ao seu governo são flagrados em situações piores.

O governador silenciou quando o filho de um coronel foi flagrado bêbado em uma blitz dirigindo uma viatura da polícia. Ele também silenciou quando a policial Tatiane Alves de Lima denunciou assédio sexual e moral dentro de um batalhão.

Por sua postura e por suas políticas, é impossível retirar de Flávio Dino a responsabilidade pela Polícia Militar no Maranhão. A decadência da corporação é o legado dele.

Site: <https://linharesjr.com/2020/12/violencia-policial-no-maranhao-e-incentivada-pelo-governo/>